

MATERIAIS SENSORIAIS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Joyce dos Santos de Souza¹
Ana Maria Simas Gaia Machado²
Docência do Ensino Superior

RESUMO: O cenário institucional contemporâneo está cada vez mais diversificado devido ao aumento da demanda de ingressantes no ensino superior. Em especial, por estudantes com características ímpares entre si, dentre eles, estudantes com especificidades. Para tanto, se pensa em Educação Inclusiva, que é fundamentada no princípio da educação como direito de todos, refletindo o conceito de equidade no âmbito acadêmico. O objetivo geral do artigo é verificar a implementação de práticas pedagógicas que promovam a inclusão efetiva e a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior, visando a eliminação de barreiras ao ensino de qualidade. Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, visando analisar panoramicamente a educação inclusiva no contexto histórico-social do Brasil e sua importância quanto as leis que viabilizam o acesso do público em questão. Nesse cenário, busca-se investigar acerca do uso de materiais sensoriais pedagógicos como recursos didáticos que facilitam o processo de ensino-aprendizagem além de evidenciar quais são as maiores dificuldades enfrentadas por docentes frente a prática de ensino quanto para discentes com especificidades, considerando as barreiras preexistentes, sabendo que o ensino se mostra de forma excludente, adotando metodologias que não valorizam a pluralidade estudantil. Conclui-se que os recursos didáticos sensoriais são essenciais para promover inclusão.

Palavras chaves: Inclusão. Educação Inclusiva. Recursos pedagógicos. Acessibilidade.

ABSTRACT: The contemporary institutional landscape is becoming increasingly diverse due to the growing demand for admission to higher education. In particular, this includes students with unique characteristics, among them students with special needs. To this end, the focus is on Inclusive Education, which is grounded in the principle that education is a right for all, reflecting the concept of equity in the academic sphere. The general objective of this article is to examine the implementation of pedagogical practices that promote the effective inclusion and retention of students with disabilities in higher education, aiming to eliminate barriers to quality education. This research is a qualitative literature review, aiming to provide a panoramic analysis of inclusive education within Brazil's historical and social context and its importance regarding the laws that enable access for this population. In this context, the study seeks to investigate the use of sensory pedagogical materials as teaching resources that facilitate the teaching-learning process, as well as to highlight the greatest difficulties faced by teachers in their teaching practices regarding students with specific needs, considering pre-existing barriers, given that education often proves to be exclusionary, adopting methodologies that do not value student diversity. It is concluded that sensory teaching resources are essential for promoting inclusion.

Keywords: Inclusion. Inclusive Education. Teaching Resources. Accessibility.

¹Pós-Graduanda do Curso de especialização em Docência do Ensino Superior – FAMETRO/Manaus.

²Professora Orientadora, Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior – FAMETRO/Manaus.

I INTRODUÇÃO

O cenário institucional contemporâneo está cada vez mais diversificado devido ao aumento da demanda de ingressantes no ensino superior. Em especial por estudantes com características ímpares entre si, dentre eles, estudantes com especificidades. Para tanto, se pensa em Educação Inclusiva, que é fundamentada no princípio da educação como direito de todos, retoma para reflexão do conceito de equidade no âmbito acadêmico. Ela possibilita o acesso à educação por estudantes de forma significativa e a construção de seu aprendizado.

Para tanto, políticas públicas atuam garantindo o acesso à educação, mas existe um enfrentamento árduo nesse contexto que alterna entre dois extremos: o acesso dos estudantes à educação e sua permanência. O acesso à educação é garantido pelas leis e regido pela Constituição Federal de 1944. Porém, a permanência ainda é o grande desafio, pois, a educação está em constante transformação e enfrentamento dos desafios diários, ela foi pensada para atender pessoas sem especificidades acentuadas ou não existentes. Isso é visto na forma estrutural das instituições que muitas vezes inflexíveis não estão preparadas desde o processo seletivo, que desvaloriza as singularidades, com provas padronizadas, extensas e rigorosas à forma como o processo de ensino será conduzido.

Dessa forma, os materiais sensoriais pedagógicos surgem como uma opção estratégica para garantir um ensino-aprendizado efetivo que atuam como material didático de forma tátil, fornecendo apoio para melhoria e acesso aos conteúdos, que valoriza as necessidades dos estudantes e reduz as barreiras que são encontradas ao longo da vida acadêmica, como, as próprias barreiras pedagógicas. Já que na maioria das vezes o contexto da sala de aula é pensado para estudantes ditos típicos, com conteúdo rígidos e inflexíveis.

Contudo, a existência de um ensino de qualidade se dá pela superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, juntamente com a formação continuada de docentes. E o surgimento de um ensino que valoriza a diversidade e a pluralidade de pessoas. A desconstrução da discriminação vai da esfera social até chegar a institucional, é um dever de todos estão envolvidos na luta pela efetividade da inclusão. A educação é o caminho para que transforma pessoas, pessoas essas serão agentes ativos das mudanças futura em toda conjuntura social.

Nesse contexto, o presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica de valor qualitativo e busca analisar como é a realidade enfrentada diariamente por estudantes com deficiências visuais (cegos), auditivas (surdos) e intelectuais, juntamente da prática docente

mediante o processo de ensino-aprendizagem. E qual a importância de práticas pedagógicas responsivas, que visam as especificidades e necessidades de cada estudante e como atuam na busca de oportunidades para aprimorar a construção saber.

Assim, o objetivo geral do artigo é verificar a implementação de práticas pedagógicas que promovam a inclusão efetiva e a permanência de estudantes com deficiências no ensino superior, visando a eliminação de barreiras ao ensino de qualidade. Quanto aos objetivos específicos, descrever a funcionalidade dos materiais sensoriais pedagógicos como facilitadores do processo de aprendizagem e como contribuem para melhoria continuada curricular docente.

2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Luciane Tomazeli (2020) o conceito de inclusão é recente e um marco histórico importante com relação a essa tratativa, foi a declaração de Salamanca, onde ele começou a ser disseminado. Esse documento assinado na Conferência Mundial de Educação, abriu novos caminhos e perspectivas com relação as tratativas educacionais. Assim, a educação inclusiva está diretamente relacionada com a educação especial, a primeira, diz justamente sobre a abertura à educação regular para acesso e direito de todos.

A Declaração de Salamanca aponta para um novo entendimento do papel da escola regular na educação de alunos portadores de necessidades especiais. Ela parte do pressuposto de que as escolas regulares que seguirem as orientações que propõe constituirão um dos recursos mais eficazes de combate as atitudes discriminatórias, criando comunidades integradas, abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (Aguilar,2016).

3

Falar sobre inclusão é reafirmar uma luta históricas onde todos os indivíduos são agentes ativos em busca de transformação, ela não se limita apenas às instituições educacionais, mas a todas as esferas sociais, políticas e culturais que norteiam a comunidade. Dessa forma, a educação inclusiva cria caminhos e oportunidades para que todos tenham acesso ao ensino regular. Ela entende a diversidade como parte natural do ser humano, e verifica que suas peculiaridades não os tornam incapazes de exercer seus direitos sociais, como o acesso à educação. Portanto, o cenário contemporâneo institucional contempla essa pluralidade, que o desafia a cada dia e tende a ser repensado e adaptados a mudanças de modo que todos gozem da equidade.

Para Wellichan e Souza (2017) o princípio de igualdade diz que todos são iguais mediante a lei, e a educação deve cortejar a todos que precisam. Logo, estes são assegurados pela Lei de Diretrizes de Bases (LDB, Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional para integração da Pessoa

Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298/1999) entram como defensores do direito cidadão a uma educação de qualidade, desprovida de barreiras. Fazem menção que a universalização do ensino precisa ser reestruturada juntamente das leis preexistentes, e que ainda é o primeiro passo de um longo processo que luta pela concretude educacional qualitativa, de modo a exterminar os dogmas que vão além das estruturas de concretos das instituições e auxiliar, não apenas na inclusão de alunos com deficiência, mas também sua permanência.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

O papel das leis é reger a sociedade e garantir os direitos dos cidadãos, e assim concretizar o papel efetivo da democracia, para isso a educação inclusiva está ligada a políticas educacionais, diretrizes essas que asseguram que todos aqueles que necessitem possam adentrar as portas das instituições. As leis mencionadas acima tem os mesmos objetivos permitir o acesso à educação de forma digna e qualitativa, onde é obrigação das instituições ter um ambiente adequado para atender as necessidades de cada um.

Portanto, ainda de acordo com Tomazeli (2020) inclusão no contexto social significa exatamente incluir um indivíduo em um grupo. No caráter social envolve respeitar a diversidade, ou seja, incluir pessoas com opção sexual divergente da nossa, é incluir a pessoa com deficiência na escola. É aceitar e incluir quem já faz parte do contexto social. O resultado dessa terminologia é uma longa trajetória percorrida pela educação inclusiva, a deficiência impulsionou o estudo, a pesquisa sobre o tema no olhar da educação inclusiva.

2.1 DESAFIOS DA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Do ponto de vista de Gava (2025) a educação inclusiva é rodeada de muitas barreiras e os professores são um dos agentes que as enfrentam diretamente. Elas são de diversas naturezas, sendo a atitudinais que se apresenta como uma forma equivocada de preconceito com relação a deficiência, aprendizagem e diversidade, impedindo a participação de estudantes com deficiência. As barreiras estruturais referem-se a falta de recursos físicos e materiais que impossibilitam o acesso livre e qualitativo dos estudantes e por fim as pedagógicas que não valorizam as necessidades das diversidades no modo de aprender.

A construção do cenário institucional do ensino superior a partir da educação inclusiva que tem como princípio norteador o acesso à educação, considera a singularidade de cada

ingressante e protagoniza oportunidades para se lograr um ensino-aprendizado equitativo. Para muitos, alcançar o ensino superior torna-se um grande marco de conquista. Porém, muitos são os desafios ainda encontrados nas salas de aulas, seja eles devido barreiras arquitetônicas – aquelas vistas na falta de elevadores, portas adequadas para passagem de cadeirantes, banheiros adaptados, entre outras; atitudinais ou até mesmo pedagógicas – que se caracterizam pela inflexibilidade e padrão tradicional de ensino.

De acordo com Minetto (2021) a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015 (LBI) tem como normativa os seguintes pontos: acesso a salas inclusivas, projetos pedagógicos adaptáveis, ação conjunta para encontrar novos métodos e práticas pedagógicas, adaptações que atendam às necessidades dos alunos, entre outros. Assim, a lei sugere e evidencia as formas e condições em que deve ser construída a organização desse processo. Desde salas de aulas inclusivas até materiais de apoio do processo de ensino, como a questão de provas menos rigorosas e adaptadas de acordo com a necessidade.

Não basta existir toda uma legislação, regida de políticas públicas que apoiam o processo de acesso desses alunos. Ainda é necessária uma atuação ferrenha na estruturação prática dessas políticas que visam a permanência dos estudantes, em especial os com deficiência. Ou seja, o pensamento de transformação vai desde a arquitetura adequada das salas de aulas, pensada em atender os diversos tipos de alunos, assim como o apoio institucional para criação de acesso livre no tráfego dentro da instalação e até mesmo o incentivo de práticas pedagógicas inovadoras que atendam todos de igual modo, sem desvalorizar o processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Wellichan e Souza (2017) afirmam que o grande desafio das universidades é justamente incluir pessoas com deficiências e consolidar a democratização do acesso a uma educação de qualidade. Segundo os autores, a o ensino vai além da eliminação de barreiras, a inclusão é aquela que respeita as diversidades. Contemplam que a deficiência física é aquela que compromete parte do corpo físico, a deficiência intelectual tem sua funcionalidade intelectual limitada e entre as deficiências sensoriais estão os visuais e as auditivas que tem esses órgãos operando de forma ineficientes.

Por fim, os transtornos globais, que se enquadra o autismo, síndrome de Rett e outros. O docente é visto como agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem, ele participa ativamente dos enfrentamentos das barreiras e desafios institucional. Cujas, um dos mais pertinentes e importante são com relação as práticas pedagógicas que norteia o aprendizado. De um lado o docente, frente a uma linha de batalha diária que é a sala de aula e a com a missão de

contribuir na formação de cidadão autônomos e críticos. E de outro, o aluno portador de deficiência que tem o anseio de vencer as barreiras e ser inserido no mercado de trabalho. O maior questionamento é como conduzir o processo de aprendizagem desse aluno, já que, a educação tradicional ainda é muito enraizada nas salas de aulas.

Muitos docentes não se encontram preparados para lidar com alunos com deficiências, por isso, falham na formação continuada, devido se limitarem ao método tradicional de aprendizagem, que é a transmissão de conteúdo. A sala de aula implica, a partir da inserção desses alunos, mudanças na forma de aprendizagem e criatividade. A educação inclusiva tem essa ideia de trazer o novo para sala de aula, de instigar o espírito da investigação e aplicação de métodos, muitas vezes simples e de fácil acesso, para mediar de forma humana e facilitadora o processo de aprendizagem.

2.3 RECURSOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS QUE INCLUEM

Segundo Rocha, Silva e Rocha (2022) nas instituições de ensino no Brasil os materiais didáticos pedagógicos tornam-se uma prática comum nas salas de aula, justamente por serem facilitadores do processo de ensino-aprendizagem. Através de variados instrumentos, os docentes buscam contribuir no compartilhamento do conhecimento. Para eles o ensinar está diretamente relacionado com o aprender, portanto, docentes e alunos mergulham juntos nesse mundo. Para haver a evolução acadêmica necessária, o método tradicional de decorar conteúdo para fazer provas não é suficiente. Existe a necessidade do aprendizado em si, para gerar no aluno o entendimento de todo processo educacional.

Sendo assim, os materiais didáticos adaptados invadem as salas de aula, despertando curiosidades e estimulando os alunos no processo de aprendizado, por se tratar de uma forma de ensino dinâmica e descomplicada que envolve toda a sala. Em sua maioria os materiais didáticos são de fácil acesso e baixo custo, podem ser construídos nas salas de aulas pelos próprios alunos. Eles são de grande importância na vida acadêmica dos estudantes, principalmente dos alunos com deficiência, que encontram barreiras pedagógicas nas instituições educacionais na qual estão inseridos, devido a forma tradicional de ensino, sem abordagens pedagógicas inovadoras que possam incluir os estudantes a partir das diversidades.

Em concordância com Cerqueira e Ferreira (2000) falar sobre recursos didáticos é mencionar recursos físicos, ou seja, eles podem ser: naturais (água, pedra, animais), pedagógicos (maquete, cartaz, gravuras), tecnológicos (rádio, vídeo, laboratório de línguas) e

culturais (museu, biblioteca pública). Todos esses estão condicionados a ideia de auxiliar o processo de aprendizagem, para incentivar e facilitar o mesmo. Eles atribuem experiência ao educando, exercitam sua capacidade e não geram desinteresse. Os materiais didáticos atendem alunos com deficiência, mas inclui todos no processo de ensino-aprendizagem. Eles devem ser fartos para atender todas as demandas e variados, para possibilitar diversas experiências.

A educação inclusiva impulsiona os docentes e alunos a verificar uma nova forma de pensar, estimula e incentiva a imaginação e criação de projetos pedagógicos facilitadores do aprendizado. Desafia o docente a incluir os alunos com deficiência e refletir sobre as práticas metodológicas vivenciadas. Esse processo de inclusão em questão requer disponibilidade da parte docente para atuar de forma ativa na contribuição das transformações educacionais, para acompanhar a nova realidade acadêmica, que é exatamente a abertura do ensino superior para todos os alunos. Assim, os materiais didáticos são fáceis de serem confeccionados, em sua maioria, mas requer um pouco mais do “pensar fora da caixa” como diz o dito popular.

A inovação diz respeito a realizar algo novo, para Meija (2025) consiste na procura de realizar algo novo diferente daquilo que já existe, esse conceito abrange a forma de executar processos, é realizar um novo método ou surgimento de um novo objeto diferente do padrão. E através do chamado Desenho do Pensamento, o aluno exerce sua criatividade, capta conhecimentos e organiza suas informações, é uma metodologia que permite que as limitações sejam enfrentadas, convertendo em benefícios. Na sala de aula ela despertar o protagonismo do aluno, o coloca no centro do processo, constrói nele criatividade e pensamento crítico.

Portanto os materiais sensoriais pedagógicos tornam exemplos que auxiliam alunos com deficiência visual e na fala, eles podem ser elaborados a partir de caixas de papelão, barbantes, tampinhas de garrafas pets e outros. Materiais esses criados com relevos e de baixo custo, que ao entrar em contato com a superfícies e os dedos promovem uma noção através do toque e auxiliados a partir da oralidade podem ter a compreensão do que se deseja ensinar/mediar no aprendizado.

De acordo com Vilela e Alves (2026) a comunicação realizada de forma tátil torna-se promissora quando associada a tridimensionalidade, já que texturas diversas, relevos e estímulos acentuados facilitam o entendimento do conteúdo devido a captação e percepção sensorial. A construção desse tipo de material didático não visa apenas a transmissão do conteúdo, mas proporciona autonomia e acessibilidade aos estudantes com deficiências, de imediato promove inclusão no âmbito educacional e social de modo geral. Isso tudo reflete

diretamente em uma questão de suma importância que é a sustentabilidade, pois a utilização dos materiais de baixo custo reutiliza materiais e implica na redução de impactos deles no meio ambiente.

A instituição/escola inclusiva é aquela que luta pela eliminação de barreiras ou busca adotar medidas que minimizem os efeitos na vida acadêmicas dos estudantes. Dessa forma, os materiais didáticos, surgem como uma estratégia pedagógica, não apenas para facilitar o aprender dos estudantes. Mas para auxiliar na sua desenvoltura intelectual, na autonomia mediante os desafios na sala de aula e na sua imposição mediante seu exercício pleno de direito que é uma educação de qualidade. É notório que existe toda uma complexidade do processo de educação ser equitativo e acessível, porém, torna-se viável a partir da ação conjunta acadêmica para mudar a realidade.

2.4 CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA INCLUSIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Minetto (2021) diz que o docente deve conhecer a legislação para ter mais ação mediante as situações apresentadas, compeli uma formação continuada e buscar novos conhecimentos para acompanhar as mudanças no cenário atual. Afirma também que adoção de práticas pedagógicas deve ser diversificadas e isso em grande parte depende da disponibilização do docente em pensar sobre elas. O professor no que tange a inclusão é um dos eixos principais, já que ele conhece o aluno e tem o poder de ação nas suas mãos para desconstruir o pensamento de homogeneidade que é atrelado a sala de aula.

A busca por práticas pedagógicas inclusivas, materiais didáticos multissensoriais adaptados não negam a existência de provas e trabalhos comumente visto nas salas de aulas. Eles surgem como o escape mediante o processo de promoção de uma educação inclusiva de qualidade. É válido a questão de resultados positivos quanto à aplicação prática desse material como mediador e facilitador do processo de aprendizagem, pois muitos docentes se encontram desprovidos de preparos técnicos- especializados para atender estudantes com deficiências. Como um todo, para haver inclusão no ambiente educacional é necessário a implementação de uma forma mais significativa, a começar pela capacitação de docentes, o apoio do núcleo familiar e em especial a revisão de metodologias de ensino.

No processo de inclusão de materiais didáticos inovadores existe a interação por parte de dois personagens importantes, o docente e o aluno, o primeiro como afirma é o percurso que

viabiliza os materiais como ferramentas importantes do processo de aprendizado. Isso constrói nele um conhecimento de produção de materiais personalizados e reforça suas competências, desperta o senso humanístico devido a influência da aplicação prática na vida dos estudantes, estimula a investigação e a ação. Minetto (2021) reforça que essa nova maneira de educação exige docentes entendam e estejam preparados para lidar com a diversidade das necessidades educativas, é preciso conhecer seus métodos pedagógicos e buscar formas de aperfeiçoar suas competências.

A formação continuada, as estratégias de ensino e as práticas pedagógicas de ensino são uma rede interligadas entre si, segundo Gava (2025) elas atribuem ao docente conhecimentos, otimizem suas formas de atuar e revejam a forma como conduzem suas práticas pedagógicas e produzem mudanças na forma como o docente se apresenta. Além de tudo, a prática inclusiva fortalece os ambientes e suas relações, pois o professor desenvolve sensibilidade a escuta, favorece processo reflexivo no ambiente educacional. Tudo isso desenvolve uma a consciência e a responsabilidade do papel do docente.

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica, que para Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo o aprimoramento de ideias e trazer a luz a familiaridade do problema, considera os mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Ela é flexível e em uma das suas formas assumida é a pesquisa bibliográfica. Essa por sua vez, é a revisão de estudos preexistentes, principalmente a partir de livros e artigos. O trabalho trata-se caráter qualitativo que tem como objetivo revisar a caminhada histórica da educação inclusiva e como no contexto presente as formas de práticas pedagógicas com recursos de materiais didático pedagógico influem na promoção da educação inclusiva no ensino superior.

O primeiro passo desse estudo foi escolher o tema (materiais sensoriais pedagógicos como ferramenta de inclusão no ensino superior) e em seguida realizou-se uma seleção de conteúdo, caracterizada como pesquisa exploratória através de artigos científicos e livros. Para analisar as abordagens do conteúdo com relação ao tema e sua veracidade. Em seguida, em uma leitura mais específica para encontrar obras que se adequem ao tema e sua problemática de uma forma mais íntima e unilateral, sendo devida pertinência para esse estudo. Isso tudo realizado a partir de livros e artigos, as análises feitas resultaram em materiais de apoio para verificar a condição de práticas pedagógicas e inclusivas nas quais estudantes de todas as naturezas

vivenciam nas suas rotinas institucionais. Gil (2002) diz que a pesquisa bibliográfica permite essa gama de experiência pois coloca o pesquisador em contato com diversas facetas sobre o tema.

Afirmativa, segundo o autor:

A pesquisa bibliográfica baseia-se na análise de materiais já elaborados, tais como livros, artigos científicos, documentos acadêmicos, possibilitando ao pesquisador identificar contribuições teóricas relevantes e estabelecer relações entre diferentes perspectivas conceituais. (Gil,2019).

Nesse contexto a justificativa pela metodologia de estudo escolhida justifica-se pela necessidade de compreensão dos enfrentamentos frente à promoção de educação inclusiva, que teve todo um roteiro escrito ao longo da história. A busca pelo conhecimento, em especial, do papel de atuação dos materiais didáticos pedagógicos, que de forma inovadora e criativa traduz abordagens para inclusão na prática. Se de fato eles atuam como facilitadores do processo de ensino-aprendizagem, e como o docente se ver frente a esse cenário, qual a maior dificuldade na sala de aula. A pesquisa buscou articular alguns conceitos como acessibilidade, inclusão, recursos pedagógicos, barreiras, equidade.

A presente pesquisa tem todo seu embasamento a partir do autor acima citado, não se trata apenas de uma reprodução de informações, mas segundo ele um trabalho acadêmico com rigor científico que busca em forma de leitura analítica averiguar as informações em torno do tema da Educação Inclusiva com perspectiva sobre o emprego dos materiais didáticos sensoriais, que muito se fala para o emprego de uma educação qualitativa e equitativa nas diversas modalidades de ensino. Tudo feito de forma criteriosa, desde a seleção de materiais até a escolha de conceitos aqui abordado, para se construir uma visão a partir das referenciais bibliográfica para produção de estudo qualitativo, com caráter social.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os achados desse estudo evidenciam a importância político-social e a luta histórica da educação inclusiva, com marco inicial a partir da declaração de Salamanca em 1990 na Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha, que expandiu o tema e tratou-se de discutir sobre as melhorias na educação e o acesso por parte de pessoas com deficiência. A Educação Inclusiva está correlacionada com a Educação Especial, e tem como premissa o acesso à educação para todos.

Nesse contexto, muitas são as leis que regem esse tema e dão ênfase ao seu processo de efetividade, como cita aqui o autor Tomazeli (2020), que destaca os acontecimentos principais com relação a legislação, como o documento de 2008, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como tratativa a educação qualitativa, sem distinções.

Em contrapartida, Wellichan e Souza (2017) abordam a ideia de que não basta apenas adotar o conceito de educação inclusiva, pois o tema é muito mais intenso a ser trabalho. É para além da eliminação de barreiras, sejam elas: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais ou outras. A instituição de ensino deve promover o respeito, ele destaca os diversos tipos de estudantes com deficiências e suas particulares existentes junto de suas necessidades mediante o processo de ensino-aprendizagem. Como por exemplo, o estudante com deficiência auditiva que precisa do apoio de um intérprete de libras, nos desafios da sala de aula deve-se ter o cuidado nas exigências pedagógicas, como as avaliações, já que sua língua materna não é o português e por fim ter todo cuidado no ensino de termos científicos, porque a dificuldade de compreensão pode comprometer todo o processo.

Portanto, na construção do presente estudo verificou-se que a educação inclusiva é de suma importância em todos os níveis de escolarização. As políticas públicas junto das leis, asseguram o direito do cidadão à educação regular. Contudo, não se trata apenas da oferta do acesso à educação, é necessário que práticas educacionais, mudanças estruturais na educação sejam aderidas nas instituições de ensino, para que esses estudantes possam permanecer. O grande desafio da educação inclusiva é encontrar agentes ativos de transformação que lutem por sua implementação na rotina diária das instituições de ensino, não é um tema fácil a ser tratado, requer conhecimentos de leis e estudos científicos para conhecer todos os tipos de necessidades, além de docentes, que estão na linha de frente nas salas de aulas, que acolham a inclusão e a desenvolvam a partir da mudança na sua postura perante a diversidade.

Nesse contexto de incluir na prática, a presente pesquisa notou a relevância de caminhos adotados nas rotinas institucionais, que diz respeito às práticas pedagógicas a partir da adoção de recursos didáticos pedagógicos adaptados, que mediam o processo de ensino-aprendizagem. Eles surgem como uma estratégia para que barreiras pedagógicas sejam amenizadas, já que o ensino muitas vezes torna-se inflexível e rigoroso por se tratar de um modo tradicional.

Para Gava (2025) um dos elementos primordiais da educação inclusiva é exatamente práticas pedagógicas que incluem a diversidade. Os professores são agentes ativos no processo de construção e reflexão dessas estratégias, ela destaca o uso de ferramentas digitais, metodologias ativas, jogos educativos e outros. Tudo isso para que se promova um aprendizado significativo, de forma que os estudantes desenvolvam suas habilidades.

Em concordância com as práticas pedagógicas, um exemplo mais específico, que mostra um resultado positivo a partir da pesquisa exploratória desse estudo. Está situado na fala dos autores Vilela e Alves (2026) que através do desenvolvimento de estereótipos feitos de materiais de baixo custo, retalhos de MDF, construíram conceitos físicos (óptica geométrica) para nortear o aprendizado de alunos com deficiências visuais. A dificuldade do ensino-aprendizagem na matéria de física por parte de alunos com deficiências motivou a reestruturação da metodologia. Segundo o autor, o ser humano tem a capacidade de comunicação a partir do cognitivo, através de seleção, memorização ou percepção. Assim, o uso de materiais táteis aumenta a comunicação entre docente e alunos e tronam-se pontos necessários quanto se fala sobre acessibilidade.

Para justificar a eficácia dos materiais didáticos pedagógicos, o autor completa que o desenvolvimento educacional é realizado a partir da intencionalidade. A comunicação através desses protótipos se deu através de representações gráficas, com texturas, vibrações sensoriais e relevos, para transmitir uma mensagem, tudo de forma tridimensional. Todos feitos de alternativas de baixos custo, para promover a inclusão e acessibilidade dos estudantes ao ensino-aprendizagem. Verificou-se autonomia, percepção sensorial e por consequência promoção do conhecimento n matéria de física. Ele leva em consideração que nem todos os alunos tem conhecimento do alfabeto Braille, então essa metodologia de forma inovadora contribuiu para facilitar o processo de ensino e torna-los ainda mais independentes do suporte contínuo de professores e pessoas especializadas.

De um único olhar, os autores concordam sobre a disponibilização de matérias didáticos adaptáveis no processo de ensino-aprendizagem (sensoriais), onde Rocha, Silva e Rocha (2022) argumentam que os materiais didáticos é uma ferramenta eficaz de inclusão, onde o próprio aluno protagoniza o seu aprendizado, os materiais são elaborados pensados nas especificidades de cada aluno e encena uma experiência para ambos, onde o docente é posto o mais próximo da realidade do discente. Cerqueira e Ferreira (2000) complementam que os materiais didáticos

servem para incentivar, capacitar ou possibilitar o acesso à educação, seu manuseio desenvolve a percepção tátil e facilita a discriminação de detalhes, isso tudo com auxílio dos dedos.

Por fim, resumidamente os resultados desse estudo comprovam a importância social de uma promoção de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. É notório o embasamento regido por leis e políticas públicas, mas nota-se a dificuldade de incluir na prática, ou seja, a efetividade de forma qualitativa da permanência de estudantes no ensino superior. Os materiais sensoriais pedagógicos surgem como opção para amenizar barreiras pedagógicas, porém, mesmo sendo de baixo custo e com materiais de fácil acesso. Ainda existe a dificuldade de serem adotados no dia a dia na sala de aula, isso pelo fato que, exige criatividade, disponibilidade e entrega por parte dos docentes. Visto que a construção desses materiais contribuía para ambos, docente e discente. Porque promove uma experiência crítico reflexiva do novo processo pedagógico do ensino-aprendizagem e gera conhecimentos para formação continuada de docentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou verificar toda a trajetória da educação inclusiva que se correlaciona com os materiais didáticos pedagógicos que promovam a ideia de inclusão, em especial no Ensino Superior. O levantamento de informações, chamados referenciais teóricos, foi um trabalho longo e árduo. Pois, apesar de um tema de extrema relevância social, as informações ainda se encontram limitadas. A educação inclusiva está atrelada à educação especial e elas visam uma educação de qualidade em todos os níveis de escolarização. Porém, a primeira trouxe de forma abrangente à abertura das portas da educação a todos de uma forma equitativa. Aqui vemos o interesse de derrubadas de barreiras sociais, pedagógicas e estruturais para que todos tenham a acessibilidade e assegurem o exercício de seus direitos.

Portanto é um tema que necessita de uma atenção a mais, a busca por conhecimentos e aprendizados devem ser constantes para construção de saberes que vão além do simples conceito de incluir, mas entender que esse processo de inclusão é de interesse de todos e que não se limita apenas às pessoas com deficiência. Assim a educação é vista como a porta principal de transformação no meio social, mas é preciso agentes ativos que se disponibilizem a abraçar o tema de inclusão no seu dia a dia. O docente tem papel fundamental tanto na construção do caráter cidadão de cada pessoa, mas também no processo de ensino-aprendizagem que precisa

ser repensado e inovado com a nova visão do que é ensinar e sobre o papel do educador como agente transformador do meio.

Os recursos didáticos (sensoriais) executam um papel facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem. Não se trata de modificar ou facilitar para alguns, mas sim, de inserir pessoas no contexto como protagonistas do seu saber, capazes de trilhar seus caminhos e não serem limitados por suas especificidades, mas utiliza-las como meios que empurram para mudanças na educação, aquela que respeita e investe nas diversidades. Já que socialmente, há uma diversidade de cores, culturas e sociedades, cada uma com seu valor a ser agregado na história.

Por fim, o presente estudo colabora de forma significativa nos conhecimentos com relação à educação inclusiva, promove uma reflexão crítica quanto ao sistema de ensino, que muitas vezes de forma excludente que privilegia alguns em sua minoria, e não dá as condições necessárias para manter o estudante em suas acomodações de ensino. Portanto, ainda é evidente uma grande luta no cenário social-político quanto ao tema de educação inclusiva. Mas o mínimo a cada dia faz toda a diferença na vida do discente, em especial quando o docente adota uma nova postura frente à essa problemática, priorizando práticas diárias como a inovação em práticas pedagógicas que prezam pela diversidade e respeitam as necessidades de cada, sem

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; **Educação inclusiva: jogos para o ensino de conceitos**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2015. 100p.

BASSI ROCHA, Elisa Helena; APARECIDA SILVA, Nailda; SPIRANDELI ROCHA, Rical. **O material didático como recurso pedagógico na educação especial e inclusiva**: Teaching materials as a pedagogical resource in special and inclusive education. *Aquila*, [S. l.], n. 27, p. 121-136, 2022. Disponível em: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila/article/view/329>.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

CERQUEIRA, J.B.; FERREIRA, M.A; **Os recursos didáticos na educação especial**. Rio de Janeiro:Revista Benjamin Constant, 2000.

GAVA, Nathacha Poncio; **Formação Continuada e Inclusão Escolar: Contribuições para o Desenvolvimento Profissional Docente e a Construção de uma Educação Inclusiva**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 12, p. 50-65, 2025.

GIL, A. C; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 84p.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 224p.

TOMAZELI, Luciane; **Educação inclusiva aplicada às deficiências: visual, auditiva, física e intelectual**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. 91p.

TRUJILLO, Albeiro Mejia; **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. 216p.

WELLICHAN, D. da S. P.; SOUZA, C. da S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 146–166, 2017.